abril e maio, quando os preços evoluíram em alta. Em julho, a maior quantidade de produto ofertada ao mercado atacadista de São Paulo era proveniente do próprio estado, notadamente das regiões do Sudoeste paulista (remanescente da segunda safra) e regiões do Oeste do estado (Presidente Prudente e Araçatuba). Guaíra e Vargem Grande do Sul (produto irrigado) também ofertaram boas quantidades.

Com relação à qualidade, foram detectados alguns problemas nos feijões provenientes de São Paulo, devido às chuvas que atingiram as lavouras em plena fase de maturação.

Outros estados como Goiás, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também estão ofertando o produto nesta época do ano. O calendário da leguminosa está cada dia mais pulverizado, ficando cada vez mais difícil a distinção entre as safras na tradicional classificação (primeira, segunda e irrigada).

Os preços do feijão carioquinha "luxo novo", que havia registrado R$43,00/saca de 60kg (o que é considerado um preço muito remunerador), despencaram para R$34,00/saca de 60kg em menos de 30 dias.

Para o carioquinha de qualidade inferior cuja pressão de oferta tem sido maior, os preços registraram quedas ainda mais acentuadas. É possível encontrar de seis a oito tipos diferentes de qualidade do tipo *comercial* (tipos de qualidade média) com variações de preços desde R$18,00/saca a R$27,00/saca.

Essa tendência baixista vem ocorrendo também com o feijão-preto, embora em menor intensidade. As cotações FOB na Argentina, principal fornecedor do produto nesta época do ano, que oscilavam entre US$580/600/t, no início de junho, recuaram em julho para US$520,00/540/t, devido à menor procura.

A perspectiva para o curtíssimo prazo é que a pressão de oferta irá continuar, com quedas de preços sobretudo para o feijão carioquinha de tipos mais fracos. A retomada do consumo após as férias, em agosto, deverá aliviar um pouco essa pressão vendedora.

Estão sendo esperadas para o próximo mês as safras de Pernambuco, Ceará, Bahia e outros estados nordestinos.

Considerando as estimativas oficiais da Conab, a safra do Nordeste deverá ser ligeiramente inferior à passada (-1,6%), com a perspectiva de colheita de 1,073 milhão de toneladas, que deverão ser comercializados entre julho e novembro, quando se inicia a colheita da nova safra das águas das regiões Sul e Sudeste.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE
SANDRA MARIA HETZEL

RENDA AGRÍCOLA

Sinais de recuperação

As primeiras estimativas relativas à renda agrícola de 1997 indicam recuperação, mas a queda dos últimos anos ainda está longe de ser superada.

Nos últimos quatro anos, os dados relativos ao desempenho da produção agregada das lavouras vêm sendo bastante satisfatórios. Mesmo quando as primeiras estimativas de plantio revelavam redução da área plantada, os resultados finais da colheita mostravam um quadro bem mais animador. De modo geral, os rendimentos físicos da atividade traçaram uma trajetória ascendente, condicionada em boa medida por fatores como o uso de variedades mais produtivas e condições meteorológicas favoráveis.

Do ponto de vista do consumidor, o quadro também foi otimista: os preços dos produtos alimentares se mantiveram em patamares baixos e não há dúvida de que um dos fatores do sucesso do Plano Real foi a chamada *âncora verde*.

Contudo, os analistas começaram a observar com preocupação um outro indicador: a evolução da renda bruta da atividade agrícola. Entre 1994 e 1997, a renda bruta das lavouras caiu — já descontada a inflação — 8%. Quando se toma um período mais amplo, de 1990 a 1997, o resultado é ainda mais impressionante: a renda bruta das lavouras se reduziu em 43% (no mesmo período o produto real das lavouras aumentou 41%) Não é de estranhar que os agricultores ao longo destes anos tenham reclamado da situação. Só não se tornou insustentável porque, além dos aumentos de produtividade registrados no mesmo período os preços pagos pelos insumos caíram em torno de 11% e porque aquele resultado agregado apresenta variações bastante diferentes em termos de produtos individuais.

É dentro deste quadro geral que se devem examinar os primeiros resultados das estimativas da renda bruta das lavouras para o ano de 1997. Os

Brasil — indicadores de desempenho de lavouras selecionadas

Janeiro a junho de 1996/97 — variações percentuais

Produto	Preços	Produto real	Renda bruta
Algodão em caroço	8,5	-15,6	-8,4
Amendoim em casca	29,5	-11,4	14,8
Arroz em casca	0,9	-7,6	-6,7
Banana	-18,0	4,6	-14,3
Batata-inglesa	18,3	1,0	19,4
Cacau	20,8	9,9	32,8
Café em coco	15,9	-6,4	8,4
Cana-de-açúcar	3,8	1,2	5,0
Cebola	69,5	-7,0	57,7
Feijão	-3,6	9,0	5,1
Fumo em folha	-11,6	29,3	14,2
Laranja	27,8	-0,1	27,7
Mandioca	-0,4	3,2	2,8
Milho	-20,0	7,7	-13,8
Pimenta	53,1	-2,2	49,7
Soja	11,8	9,7	22,7
Tomate	-20,0	-0,1	-20,2
Trigo em grão	-28,8	-11,7	-37,1
Uva	-27,0	14,6	-16,4
Total	—	1,1	4,4
Alimentos	—	-0,9	-7,1
Grãos	—	1,6	0,0

Fontes: Produção: IBGE; preços: CEA/IBRE/FGV. Elaboração: CEA/IBRE/FGV.
Notas: Alimentos = arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, mandioca, milho e trigo; grãos = algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e trigo

números disponíveis até agora, de janeiro a junho, ainda estão sujeitos a grandes variações, pois a comercialização ainda não foi concluída e em vários casos (cereais de inverno, produtos do Nordeste) a produção sequer começou a ser colhida. Ainda assim, vale a pena um exercício.

Em termos agregados, os dados disponíveis indicam aumento de 5% na renda bruta das lavouras em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado é bastante influenciado pelo crescimento da renda de produtos como soja (23%), cacau (33%), fumo em folha (14%), cebola (58%) e batata-inglesa (19%). Note-se que os dois últimos são produtos sujeitos a variações de preços sazonais muito intensas e que, portanto, no decorrer do ano, estão sujeitos a grandes modificações. Por outro lado, como a colheita do café ainda não tinha sido iniciada, os índices de preços recebidos pelos produtores da rubiácea (16%) ainda não captam plenamente a alta dos preços internacionais.

Há, contudo, quedas na renda bruta esperada de produtores de lavouras importantes como as do arroz (-7%), milho (-13%), tomate (-20%) e trigo (-37%).

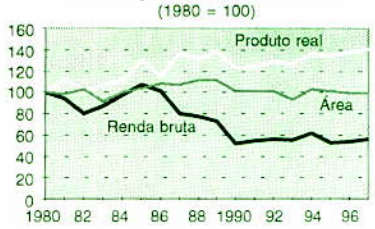
Dois aspectos ressaltam desta projeção: aumentou a renda bruta derivada de produtos destinados ao mercado externo e a queda na renda foi mais intensa no caso dos alimentos básicos (-5%).

Outro aspecto a ser considerado é que os movimentos dos preços nem sempre seguem a tendência que seria de se esperar, em função das variações da produção. Há casos, como o da soja, em que se verifica tanto um aumento expressivo da produção quanto dos preços, ao passo que em outros casos, como os do trigo, do tomate e do arroz, a queda na produção esperada parece não estar contribuindo em nada para uma recuperação dos preços recebidos pelos produtores.

Boa parte da explicação para o paradoxo está na abertura do mercado e na maneira como os diferentes segmentos da agricultura nela se inserem. Produtores tradicionais de uma lavoura de exportação, os sojicultores conseguem tirar partido das condições favoráveis do mercado mundial, tanto pelo fato de o Brasil ser o segundo maior vendedor da oleaginosa, quanto por este ser um mercado em que praticamente não existem subsídios. Já em casos como o do arroz, em que uma queda de 8% na safra colhida não conseguiu provocar reação dos preços no mercado interno, cujas médias praticamente se mantiveram estáveis em 1996 e 1997, a maior parte dos vendedores tradicionais subsidia pesadamente a produção do cereal. Neste caso há ainda um impacto negativo do Mercosul, na medida em que na Argentina e no Uruguai as condições naturais tornam a produção muito mais barata do que no mercado interno. Em conseqüência, nos últimos anos, grandes produtores gaúchos têm abandonado suas fazendas brasileiras para estabelecerem-se nos países vizinhos, onde terra e crédito são muito mais baratos.

Brasil — índices de desempenho das lavouras

(1980 = 100)



Fontes: Produção: IBGE; preços: CEA/IBRE/FGV.
Elaboração: CEA/IBRE/FGV.

A solução não é uma volta aos tempos da economia autárquica, mas parece claro que seria necessário ter uma perspectiva de segurança alimentar que orientasse a formulação da política agrícola tendo em vista algumas questões. Um exemplo dos problemas que se colocam é o do trigo. A partir do governo Collor, foi abandonada qualquer política de apoio à atividade sob o argumento de que o mercado mundial poderia fornecer um produto melhor e mais barato. Quando, em 1995, os preços internacionais atingiram o nível mais alto do pós-guerra, foi concedido um preço mínimo generoso para estimular o plantio da safra de 1996. Os agricultores reagiram aumentando a área plantada em cerca de 85%, o que re-

sultou num incremento da safra de 115%. Na hora de vender essa produção, faltou apoio, os preços caíram sensivelmente e para 1997 estima-se uma redução de pelo menos 18% na área destinada ao cereal.

Dos problemas que a economia enfrenta, dentre os mais sérios está a necessidade de se garantirem alimentos a preços estáveis, para conter possíveis surtos inflacionários e para impedir reivindicações de aumentos salariais. Mas também é necessário conter gastos com importações para não se agravar o desequilíbrio da balança comercial. Também é urgente aumentar as exportações. Em todos estes aspectos a agricultura pode desempenhar um papel importante. Para isso, o agricultor precisa ter garantias de uma renda que lhe permita voltar a investir na atividade.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

SOJA

Relatório repercute pouco

Enquanto as indústrias brasileiras são obrigadas a lidar com menores disponibilidades do grão, o relatório do USDA divulga números maiores para a soja, no mercado internacional.

Até meados de julho, as exportações brasileiras de soja em grão estavam registrando movimentação de 8,4 milhões de toneladas, mais do dobro do verificado no ano-safra 1996/97 (fevereiro/janeiro), de acordo com informações da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove). Em razão da maior concorrência pelo produto no mercado e da configuração do mercado externo, os preços internos estiveram elevados, desde a entrada da safra, o que afetou as compras das indústrias. Este fato ressalta a necessidade de as empresas se posicionarem de modo diferente (ver *Agroanalysis, 17*(6), jun. 1997), pois desde a aprovação da chamada Lei Kandir, em outubro de 1996, podia-se antecipar que o grão de soja seria favorecido nas vendas externas.

Contudo, mantida a carga tributária sobre o óleo de soja, suas exportações obrigatoriamente teriam de ser mais acanhadas e não se vislumbra a possibilidade de também desonerá-lo do ICMS, pois as unidades da Federação não aceitariam mais perda de receita.

Como o emprego do câmbio para o favorecimento das exportações é um artifício até o momento sempre descartado pelo governo federal, e uma reforma tributária capaz de sanar os problemas de financiamento dos diferentes níveis da administração pública não está de maneira alguma à vista, apenas um esforço de adaptação ao novo mercado poderá ser tentado pelas empresas.

O processo de abertura da economia brasileira ao exterior começou justamente pela agricultura, e é aqui que se tornam necessários mecanismos alternativos aos antigos rituais *protetores*

Mundo: produção e estoque final de cereais e oleaginosas – 1996/97 e 1997/98
Em milhões de toneladas

	Produção			Estoque final		
Produto	1996/97	1997/98	%	1996/97	1997/98	%
Trigo	582,96	586,83	0,66	109,66	120,06	9,48
Arroz[1]	381,45	379,38	-0,54	55,01	53,70	-2,38
Forrageiros	901,97	898,17	-0,42	120,00	119,89	-0,09
Milho	589,65	595,26	0,95	84,73	87,81	3,64
Soja	131,71	146,71	11,39	13,06	19,07	46,02
Farelo de soja	91,17	95,40	4,64	3,95	3,99	1,01
Óleo de soja	20,41	21,55	5,59	2,40	2,46	2,50
Algodão[2]	88,05	86,91	-1,29	36,55	35,24	-3,58
Total dos grãos[3]	1.866,38	1.864,38	-0,10	284,66	293,65	3,16

Fonte: USDA (julho de 1997).
[1] Beneficiado.
[2] Em milhões de fardos de 480 libras-peso.
[3] Total de trigo, forrageiros (aveia, centeio, cevada, milho e sorgo) e arroz beneficiado.